



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA**

PROCESSO Nº 12.289/2008

PARECER Nº 0801/2013 - DA

EMENTA: Aposentadoria especial. Polícia Civil do DF. Proventos integrais. Lei Complementar nº 51/1985. Desempenho de mandato classista. Cômputo como tempo em atividade estritamente policial. Esclarecimentos. Diligência. Cumprimento. Fixação de prazo para apresentação de defesa quanto aos fatos que conduzem à ilegalidade da concessão. Cumprimento. Razões de Defesa. Improcedência e ilegalidade da aposentadoria – Decisão nº 3.940/2012. Pedido de Reexame. Conhecimento – Decisão nº 5.279/2012. Atual fase processual: exame de mérito do recurso. Recente julgado do STJ pela impossibilidade de computar como tempo estritamente policial o período de exercício de mandato classista. Instrução pelo improvimento. Parecer convergente do MPC/DF. Voto divergente do nobre Conselheiro-Relator, nos sentido de dar provimento ao recurso. Pedido de Vista formulado pelo MPC/DF. Ratificação dos termos do Parecer anterior.

Pedido de Vista

Retorna o presente feito ao Ministério Público de Contas que versa sobre a aposentadoria especial de Celso Jorge Côbo Arrais, matrícula nº 27.518-2, com proventos integrais, no cargo de Perito Criminal, com fulcro no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/1985, c/c o art. 40, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal (redação dada pela EC nº 20/1998), e com os arts. 3º e 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003, conforme atos de fls. 23 e 41/42 - apenso.

2. A Corte, por meio da Decisão nº 3.940/2012, a par de considerar improcedentes as razões de defesa apresentadas pelo Sr. Celso Jorge Côbo Arrais, considerou ILEGAL a aposentadoria especial concedida com base no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 51/85, por ausência de requisito temporal relativo à atividade estritamente policial.

3. Descontente, o servidor interpôs o Pedido de Reexame de fls. 91/103 *“para declarar a legalidade da aposentadoria em tela, com o seu consequente registro, reconhecendo como estritamente policial o tempo em que o servidor exerceu mandato classista”* ou *“que os períodos de curso de formação sejam computados como estritamente policiais”*.

4. A Instrução a cargo da SEFIPE (fls. 113/122), no mérito, havia concluído pelo **improvemento** do recurso, *“sem prejuízo de considerar como tempo estritamente policial o período em que se deu o curso de formação policial para ingresso no cargo de Agente de Polícia da PCDF”*.

5. Pedi vista dos autos para melhor me aprofundar no debate acerca do tema em questão: cômputo do período de exercício de mandato classista como atividade de natureza estritamente policial, para fins de aposentadoria especial, mormente à luz de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

recente entendimento jurisprudencial advindo dos Tribunais Superiores.

6. No parecer precedente (fls. 123/132), em consonância com firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, manifestei entendimento no sentido de que não é a mera ocupação de cargo efetivo integrante da carreira policial civil que assegura ao servidor a aplicação das regras especiais de aposentadoria, previstas na Lei Complementar nº 51/85, que exige a prestação de serviço de natureza estritamente policial, pelo menos por 20 (vinte) anos, além de mais 10 (dez) de atividade comum, devendo-se analisar a situação concreta para se concluir se determinada atividade pode ou não ser considerada de natureza estritamente policial, para fins de aposentadoria especial, não bastando, repise-se, a simples observância do cargo (efetivo) de origem (Policial), mas as atividades de “risco”, de perigo (a exemplo das insalubres), efetivamente desempenhadas pelo servidor policial, inerentes à função.

7. Nesse sentido, a par de destacar a relevância do exercício de mandato classista, defendi que é a atuação finalística do servidor policial, no enfrentamento preventivo ou repressivo do crime, com seus riscos e perigos inerentes, que justifica a necessidade de tratamento diferenciado aos servidores policiais em relação à aposentadoria, conforme previsto na LC nº 51/85.

8. Não se descarta o MPC/DF do relevante papel desempenhado pelas entidades de classe ou sindical, no contexto histórico, assegurado pela Constituição Federal, inclusive no tocante aos servidores públicos (art. 37, inciso VI: “*é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical*”), nem da existência de dispositivos na legislação infraconstitucional ou em constituições locais, a exemplo da LODF e da Lei nº 8.112/90, que resguardam os direitos e vantagens inerentes à carreira dos servidores alçados ao cargo de dirigente das citadas entidades.

9. Tais questões não passaram despercebidas no Superior Tribunal de Justiça. Em recente decisão, a Relatora do REsp 919.832, Ministra Laurita Vaz, a par de destacar a existência no ordenamento constitucional e infraconstitucional de dispositivos que garantem o cômputo do período em que o servidor esteve licenciado para exercício de mandato classista como tempo de efetivo serviço, entendeu que tal interstício não pode ser computado como atividade estritamente policial. Embora já transcrito no parecer Ministerial precedente, por relevante, peço vênha para transcrever o pertinente excerto do Voto da Relatora, Ministra Laurita Vaz:

[...]

“Firmou, ainda, a Suprema Corte acerca da matéria que a natureza estritamente policial – a que se refere a Lei Complementar n.º 51/85 – não diz respeito apenas ao exercício do cargo em si, mas deve ser entendida como o efetivo e contínuo desempenho de atividades em condições de risco, bem como as que representem prejuízo à saúde ou integridade física.

Diante desse quadro, não se olvida que, de fato, existem no ordenamento constitucional e infraconstitucional pátrios dispositivos legais que – **calcados, dentre outros, no princípio da liberdade sindical** – garantem ao servidor público computar, como se de efetivo serviço fosse, o período em que esteja afastado para o exercício de mandato como dirigente de entidade representativa da categoria.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

Não obstante, ao contrário do que restou consignado pelo Tribunal de origem, entendo que o interstício relativo à duração do mandato classista não pode ser considerado para integrar o critério temporal da aposentadoria especial ora sob análise, relativo aos 20 (vinte) anos de atividade estritamente policial.

Ora, as atividades desempenhadas pelo servidor que se encontra em licença para o exercício de mandato em associação de classe, a priori, não podem ser classificadas como de natureza estritamente policial, na forma do entendimento da Suprema Corte acerca dessa questão, quais sejam, aquelas que impliquem contínua exposição a risco ou prejuízo à saúde e integridade física, conforme os termos do voto acima colacionado.”

[...]

10. Isso porque não se está retirando direito ou vantagem do servidor da carreira policial civil que exerce mandato classista nem afrontando o princípio da isonomia. Tal interregno deve ser computado como tempo de efetivo exercício mas não como estritamente policial. O servidor continua computando o referido período para aposentadoria especial, como tempo comum.

11. Observar o princípio da Isonomia implica tratar desigualmente os desiguais. O servidor que exerce mandato classista está licenciado de seu cargo efetivo, portanto, afastado das atividades de “risco”, de perigo, efetivamente desempenhadas pelos servidores da ativa, no desempenho da função policial. Dai o tratamento diferenciado. O primeiro, diferentemente dos servidores da ativa no desempenho da função policial, não pode computar o interregno como atividade estritamente policial porque afastado das atividades de risco, de perigo ou que causem prejuízos à saúde ou à integridade física. Nesse sentido o entendimento da Ministra Laurita Vaz, externado no referido REsp 919.832:

[...]

“Por outro lado, é preciso assentar que a conclusão acima, de forma alguma, ilide ou afasta os dispositivos constitucionais e legais que determinam ser possível ao servidor público proceder o cômputo, como se de efetivo exercício fosse, do tempo atinente ao exercício de mandato classista para todos os fins, inclusive de aposentadoria.

Na linha desse entendimento, a meu sentir, o próprio comando normativo contido na Lei n.º 51/85 solve a questão, uma vez que, embora não possa esse interstício ser adicionado àquele relativo à estrita atividade policial – 20 (vinte) anos –, é perfeitamente viável que integre o segundo requisito temporal previsto naquele diploma legal, prestando-se, portanto, ao cômputo dos 30 (trinta) anos de efetivo exercício do cargo.”

[...]

12. Nesse sentido, em parecer precedente (fls. 123/132), foi a manifestação deste representante Ministerial. Naquela oportunidade destaquei que a LC nº 51/85, que dispõe sobre regras para a aposentadoria especial também de policiais civis, exceção admitida pela CF/88, possibilita que tais servidores possam se aposentar com tempo de serviço reduzido em relação ao que é exigido, como regra geral, dos demais servidores públicos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

13. Não obstante, esta diferenciação não decorre de mero privilégio de uma classe em detrimento de outrem. Ao contrário, por reconhecer que as condições de trabalho de policiais são diversas e especiais em relação à generalidade dos servidores, impôs regra diferenciada. Tratou de forma desigual servidores em situação de desigualdade, em legítima concretização do princípio da isonomia jurídica. Todavia, no ponto, para que esta redução temporal mostre-se compatível com o espírito da Constituição Federal, é imprescindível que as razões que a fundamentam estejam amparadas em situações que justifiquem sua existência, sob pena de transformar a aplicação da igualdade jurídica em verdadeiro privilégio indevido e indesejado em um sistema republicano.

14. Ressaltei, ademais, que não é a simples ocupação de cargo integrante da carreira policial civil que assegura ao servidor a aplicação das regras excepcionais de aposentadoria. A Lei Complementar exige a prestação de serviço de natureza estritamente policial. Assim, em cada caso concreto, há que se analisar todo o histórico de serviço do servidor, a fim de analisar se efetivamente pode ser considerado todo o tempo utilizado para aposentadoria especial como sendo em atividade estritamente policial. Corroborar esse entendimento a firme jurisprudência da Corte Suprema no sentido de que a natureza estritamente policial não diz respeito apenas ao exercício do cargo em si, devendo ser entendida como o efetivo e contínuo desempenho de atividades em condições de risco ou que representem prejuízo à saúde ou à integridade física.

15. Finalizando, na hipótese dos autos, ao se verificar as atividades exercidas pelo interessado fora do seu campo de atuação como Agente de Polícia, conclui-se que não preenche os requisitos mínimos indispensáveis para obtenção da aposentadoria especial de que trata a LC nº 51/85, porquanto o período de exercício de “mandato classista” não poderia ser computado como atividade de natureza estritamente policial, à luz da jurisprudência do STF e do STJ, conforme já decidiu o TCDF (Decisões nºs 275/2012, confirmada pela de nº 5.772/2012, e 284/2012, ratificada pelas de nºs 3.382/2012 e 4.353/2012).

16. Ante o exposto, considerando-se a jurisprudência dos Tribunais Superiores, bem como que o posicionamento do Tribunal de Contas já adotado em outros feitos, e com o intuito de melhor contribuir para o debate da questão, com os registros indicados nos parágrafos precedentes, na oportunidade, este representante Ministerial ratifica os termos do Parecer anterior.

É o parecer.

Brasília, 24 de julho de 2013.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador